

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

33.^a edição

*revista, atualizada
e ampliada*





Sumário

Capítulo 1	Direito Administrativo e Administração Pública	1
I.	Introdução.....	1
1.	O Estado	1
2.	Poderes e Funções.....	2
3.	Função Administrativa.....	4
4.	Federação	5
4.1.	Características.....	6
4.2.	Autonomia: Capacidade de Autoadministração.....	6
5.	Direito Administrativo	7
5.1.	Breve Introdução	7
5.2.	Conceito	8
5.3.	Relações com Outros Ramos Jurídicos.....	9
II.	Administração Pública: Sentidos.....	11
1.	Sentido Objetivo.....	11
2.	Sentido Subjetivo	12
III.	Órgãos Públicos	12
1.	Introdução.....	12
2.	A Relação Órgão/Pessoa.....	13
2.1.	Característica Básica.....	13
2.2.	Criação e Extinção.....	13
3.	Teorias de Caracterização do Órgão.....	15
4.	Conceito	16
5.	Capacidade Processual.....	16
6.	Classificação.....	17
IV.	Agentes Públicos	18
V.	Princípios Administrativos	19
1.	Princípios Expressos	19
1.1.	Princípio da Legalidade	20
1.2.	Princípio da Impessoalidade	20
1.3.	Princípio da Moralidade	22
1.4.	Princípio da Publicidade.....	26
1.5.	Princípio da Eficiência.....	31

2.	Princípios Reconhecidos.....	35
2.1.	Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	35
2.2.	Princípio da Autotutela.....	37
2.3.	Princípio da Indisponibilidade.....	38
2.4.	Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	38
2.5.	Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança).....	39
2.6.	Princípio da Precaução.....	42
3.	O Princípio da Razoabilidade.....	43
4.	O Princípio da Proporcionalidade.....	45
VI.	Súmulas.....	46
Capítulo 2	Poderes e Deveres dos Administradores Públicos.....	47
I.	Introdução.....	47
II.	Uso e Abuso de Poder.....	48
1.	Uso do Poder.....	48
2.	Poder-Dever de Agir.....	48
3.	Abuso do Poder.....	50
3.1.	Sentido.....	50
3.2.	Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder.....	50
3.3.	Efeitos.....	51
3.4.	Abuso de Poder e Ilegalidade.....	52
III.	Poderes Administrativos.....	53
1.	Conceito.....	53
2.	Modalidades.....	53
2.1.	Poder Discricionário.....	53
2.2.	Poder Regulamentar.....	59
2.3.	Poder de Polícia.....	67
IV.	Deveres dos Administradores Públicos.....	68
1.	Dever de Probidade.....	68
2.	Dever de Prestar Contas.....	69
3.	Dever de Eficiência.....	70
V.	Hierarquia e Disciplina.....	71
1.	Hierarquia.....	71
1.1.	Efeitos.....	72
1.2.	Subordinação e Vinculação.....	73
1.3.	Hierarquia e Funções Estatais.....	73
2.	Disciplina Funcional.....	74
2.1.	Sentido.....	74
2.2.	Direito Penal e Direito Punitivo Funcional.....	74
2.3.	Procedimento de Apuração.....	76
Capítulo 3	Poder de Polícia.....	77
I.	Introdução.....	77
II.	Sentido Amplo e Estrito.....	78
III.	Conceito.....	78

IV.	Poder de Polícia no Direito Positivo	79
V.	Competência	80
VI.	Poder de Polícia Originário e Delegado	81
VII.	Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	85
VIII.	Fundamentos	86
IX.	Finalidade	86
X.	Âmbito de Incidência	87
XI.	Atuação da Administração	87
	1. Atos Normativos e Concretos	87
	2. Determinações e Consentimentos Estatais	87
	3. Atos de Fiscalização	89
XII.	Limites	89
XIII.	Características	90
	1. Discricionariedade e Vinculação	90
	2. Autoexecutoriedade	91
	3. Coercibilidade	93
XIV.	Legitimidade da Polícia Administrativa	94
	1. Requisitos Gerais de Validade	94
	2. Princípio da Proporcionalidade	94
XV.	Sanções de Polícia	96
XVI.	Súmulas	99
Capítulo 4	Ato Administrativo	101
I.	Introdução	101
	1. Fatos Administrativos	101
	2. Atos da Administração	102
	3. Atos Jurídicos e Atos Administrativos	103
II.	Conceito	104
	1. Sujeitos da Manifestação de Vontade	106
	2. Regime Jurídico de Direito Público	106
	3. Silêncio Administrativo	107
III.	Elementos	110
	1. Competência	111
	1.1. Sentido	111
	1.2. Fonte	111
	1.3. Características	112
	1.4. Critérios Definidores da Competência	112
	1.5. Delegação e Avocação	113
	2. Objeto	114
	2.1. Sentido	114
	2.2. Requisitos de Validade	114
	2.3. Discricionariedade e Vinculação	115
	3. Forma	115
	3.1. Sentido	115
	3.2. Requisito de Validade	116

3.3.	Princípio da Solenidade.....	116
4.	Motivo	117
4.1.	Sentido	117
4.2.	Discricionariedade e Vinculação	118
4.3.	Motivo e Motivação.....	118
4.4.	Teoria dos Motivos Determinantes.....	123
4.5.	Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato.....	123
5.	Finalidade	125
5.1.	Sentido	125
5.2.	Finalidade e Objeto	126
IV.	Características.....	126
1.	Imperatividade	126
2.	Presunção de Legitimidade.....	127
3.	Autoexecutoriedade	127
V.	Mérito Administrativo.....	129
1.	Sentido.....	129
2.	Vinculação e Discricionariedade	130
3.	Controle do Mérito.....	130
VI.	Formação e Efeitos.....	132
1.	Perfeição.....	132
2.	Eficácia	132
3.	Exequibilidade	133
4.	Validade	133
VII.	Classificação.....	134
1.	Crítério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais.....	134
2.	Crítério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão.....	135
3.	Crítério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários	135
4.	Crítério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos.....	136
5.	Crítério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos	137
6.	Crítério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis	138
7.	Crítério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios	138
VIII.	Espécies	139
1.	Espécies Quanto à Forma de Exteriorização	140
1.1.	Decretos e Regulamentos	140
1.2.	Resoluções, Deliberações e Regimentos.....	141
1.3.	Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos.....	142
1.4.	Alvarás.....	143
1.5.	Ofícios	143
1.6.	Pareceres.....	143
1.7.	Certidões, Atestados e Declarações	145
1.8.	Despachos.....	146
2.	Espécies Quanto ao Conteúdo.....	147
2.1.	Licença.....	147
2.2.	Permissão	149

2.3.	Autorização.....	151
2.4.	Admissão.....	153
2.5.	Aprovação, Homologação e Visto	153
2.6.	Atos Sancionatórios	154
2.7.	Atos Funcionais.....	156
IX.	Procedimento Administrativo.....	157
X.	Extinção dos Atos Administrativos.....	158
1.	Extinção Natural.....	158
2.	Extinção Subjetiva.....	158
3.	Extinção Objetiva.....	159
4.	Caducidade	159
5.	Desfazimento Volitivo.....	159
XI.	Invalidação (ou Anulação)	160
1.	Teoria das Nulidades	160
1.1.	Introdução.....	160
1.2.	As Nulidades no Direito Privado	160
1.3.	A Controvérsia Doutrinária.....	161
1.4.	A Terminologia Adotada	162
2.	Conceito e Pressuposto.....	162
3.	Quem Pode Invalidar.....	163
4.	Dever de Invalidar	165
5.	Autotutela e Contraditório	167
6.	Efeitos	169
7.	Convalidação	171
XII.	Revogação.....	173
1.	Conceito	173
2.	Pressuposto.....	174
3.	Fundamento.....	175
4.	Origem	175
5.	Efeitos	175
6.	Inocorrência.....	176
7.	Revogação da Revogação.....	177
XIII.	Súmulas.....	178
Capítulo 5	Contratos Administrativos	179
I.	Introdução.....	179
II.	Contratos da Administração	179
1.	Contratos Privados da Administração.....	180
2.	Contratos Administrativos	180
III.	Conceito.....	181
IV.	Disciplina Normativa.....	181
1.	Disciplina Constitucional.....	181
2.	Disciplina Legal.....	182
V.	Sujeitos do Contrato	183
1.	Cenário Geral.....	183
2.	Normas Específicas: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	184

VI.	Características.....	186
1.	A Relação Contratual.....	186
2.	A Posição Preponderante da Administração.....	186
3.	O Sujeito Administrativo e o Objeto.....	187
VII.	Espécies.....	187
1.	Contratos de Obras.....	188
1.1.	Sentido.....	188
1.2.	Condições Específicas de Contratação.....	188
1.3.	Regimes de Execução.....	189
2.	Contratos de Serviços.....	190
2.1.	Serviços de Publicidade.....	192
3.	Contratos de Fornecimento (ou Compras).....	193
4.	Contratos de Concessão e de Permissão.....	194
5.	Alienações e Locações.....	196
6.	Outras Espécies.....	198
VIII.	Cláusulas de Privilégio.....	199
1.	Sentido.....	199
2.	Alteração Unilateral.....	200
3.	Rescisão Unilateral.....	202
3.1.	Motivos.....	202
3.2.	Efeitos.....	203
3.3.	A Exceção de Contrato Não Cumprido.....	203
4.	Sanções Extracontratuais.....	205
IX.	Equação Econômico-Financeira.....	205
1.	Sentido.....	205
2.	Efeitos.....	206
3.	Reajuste e Revisão.....	206
X.	Formalização.....	208
1.	Instrumento.....	208
2.	Solenidades.....	208
3.	Cláusulas Essenciais.....	209
4.	Garantias.....	209
XI.	Duração do Contrato.....	210
XII.	Prorrogação do Contrato.....	212
XIII.	Renovação do Contrato.....	213
XIV.	Execução e Inexecução do Contrato.....	214
1.	Execução.....	214
2.	Inexecução Culposa.....	214
3.	Inexecução Sem Culpa.....	219
3.1.	Teoria da Imprevisão.....	219
3.2.	O Fato do Príncipe.....	220
3.3.	Caso Fortuito e Força Maior.....	221
XV.	Extinção do Contrato.....	222
1.	Cumprimento do Objeto.....	222
2.	Término do Prazo.....	222
3.	Impossibilidade Material ou Jurídica.....	223
4.	Invalidação.....	223

5.	Rescisão	225
5.1.	Rescisão Amigável	225
5.2.	Rescisão Judicial	225
5.3.	Rescisão Administrativa.....	226
5.4.	Rescisão por Arbitragem.....	227
XVI.	Sanções Administrativas.....	228
XVII.	Crimes e Penas.....	231
XVIII.	Convênios Administrativos.....	232
XIX.	Consórcios Públicos.....	236
XX.	Súmulas	243
Capítulo 6	Licitação	245
I.	Introdução.....	245
II.	Conceito	246
III.	Natureza Jurídica	246
IV.	Disciplina Normativa.....	247
1.	Disciplina Constitucional.....	247
2.	Disciplina Legal.....	248
V.	Destinatários	249
VI.	Fundamentos.....	251
1.	Moralidade Administrativa	251
2.	Igualdade de Oportunidades	251
VII.	Objeto	252
VIII.	Princípios.....	253
1.	Princípios Básicos.....	253
1.1.	Princípio da Legalidade	253
1.2.	Princípios da Moralidade e da Impessoalidade	253
1.3.	Princípio da Igualdade	254
1.4.	Princípio da Publicidade.....	254
1.5.	Princípio da Probidade Administrativa	255
1.6.	Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.....	255
1.7.	Princípio do Julgamento Objetivo	256
2.	Princípios Correlatos.....	256
IX.	Dispensa de Licitação	261
1.	Introdução	261
2.	Critério de Valor	262
3.	Situações Excepcionais.....	263
4.	Gêneros Perecíveis e Obras de Arte	264
5.	Desinteresse na Contratação	265
6.	Entidades Sem Fins Lucrativos.....	266
7.	Disparidade de Propostas.....	268
8.	Intervenção no Domínio Econômico	269
9.	Complementação do Objeto.....	269
10.	Pessoas Administrativas.....	270
11.	Locação e Compra de Imóvel	271
12.	Negócios Internacionais	272

13.	Pesquisa e Desenvolvimento	272
14.	Energia Elétrica	273
15.	Transferência de Tecnologia.....	274
16.	Consórcios Públicos e Convênios de Cooperação	275
17.	Navios, Embarcações, Aeronaves e Tropas.....	276
18.	Peças no Período de Garantia Técnica	277
19.	Materiais de Uso Militar.....	278
20.	Catadores de Materiais Recicláveis.....	279
21.	Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	280
22.	Produtos Estratégicos para o SUS.....	280
23.	Programa de Cisternas e Acesso à Água	281
X.	Inexigibilidade de Licitação	281
1.	Fornecedor Exclusivo	282
2.	Atividades Artísticas.....	283
3.	Serviços Técnicos Especializados	284
XI.	Modalidades.....	285
1.	Concorrência	285
1.1.	Sentido	285
1.2.	Tipos	286
1.3.	Características.....	286
2.	Tomada de Preços	287
2.1.	Sentido	287
2.2.	Registros Cadastrais	287
2.3.	Características.....	288
3.	Convite.....	289
4.	Concurso	290
5.	Leilão.....	291
XII.	Procedimento	292
1.	Formalização	292
2.	Edital	293
3.	Habilitação.....	295
4.	Procedimento Seletivo	301
4.1.	Normas Gerais	301
4.2.	Julgamento da Habilitação	302
4.3.	Julgamento das Propostas	302
4.4.	Fatores e Critérios de Julgamento.....	303
4.5.	Tipos de Licitação.....	303
4.6.	Classificação	304
5.	Resultados e Efeitos	305
6.	Homologação e Adjudicação	307
7.	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)	309
XIII.	Anulação	311
XIV.	Revogação.....	313
XV.	Recursos Administrativos.....	314
XVI.	Infrações Administrativas, Crimes e Penas	316
XVII.	O Pregão: Nova Modalidade	319
1.	Introdução.....	319

2.	Âmbito de Incidência.....	319
3.	Complementaridade da Disciplina	320
4.	Facultatividade na Adoção	320
5.	Característica Básica e Modalidades.....	321
6.	Objeto da Contratação.....	322
7.	Fase Interna.....	323
8.	Fase Externa	324
9.	Convocação.....	325
10.	Sessão.....	326
11.	Julgamento das Propostas.....	327
12.	Análise da Habilitação	329
13.	Classificação Final e Recursos	329
14.	Adjudicação e Homologação	330
15.	Vedações	330
16.	Sanções.....	331
17.	Desfazimento	331
18.	Formalização e Controle.....	331
XVIII.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	332
XIX.	Serviços de Publicidade.....	335
Capítulo 7	Serviços Públicos.....	337
I.	Introdução.....	337
II.	Conceito	338
III.	Características.....	339
1.	Sujeito Estatal	339
2.	Interesse Coletivo	340
3.	Regime de Direito Público	340
IV.	Classificação.....	341
1.	Serviços Delegáveis e Indelegáveis.....	341
2.	Serviços Administrativos e de Utilidade Pública	342
3.	Serviços Coletivos e Singulares.....	342
4.	Serviços Sociais e Econômicos.....	343
V.	Titularidade	344
1.	Competência	344
2.	Regulamentação.....	347
3.	Controle	348
VI.	Princípios.....	348
1.	Princípio da Generalidade.....	349
2.	Princípio da Continuidade.....	349
3.	Princípio da Eficiência.....	353
4.	Princípio da Modicidade.....	354
VII.	Remuneração.....	355
VIII.	Usuários.....	359
1.	Direitos.....	359
2.	Deveres	362
IX.	Execução do Serviço	362

1.	Execução Direta.....	362
2.	Execução Indireta	363
2.1.	Noção	363
2.2.	Descentralização	363
2.2.1.	Delegação Legal.....	365
2.2.2.	Delegação Negocial: Particulares em Colaboração	365
3.	Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos	366
3.1.	Desestatização e Privatização	367
3.2.	Gestão Associada	371
3.3.	Regimes de Parceria (Terceiro Setor).....	372
3.3.1.	Regime de Convênios Administrativos.....	373
3.3.2.	Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais)	374
3.3.3.	Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs).....	378
3.3.4.	Regime Geral das Parcerias.....	382
3.3.5.	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	390
X.	Súmulas	391
Capítulo 8 Concessão e Permissão de Serviços Públicos.....		393
I.	Introdução.....	393
II.	Fontes Normativas	394
1.	Fonte Constitucional	394
2.	Fonte Infraconstitucional	395
III.	Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum)	396
1.	Modalidades.....	396
2.	Concessão de Serviço Público Simples.....	396
2.1.	Conceito.....	396
2.2.	Objeto	397
3.	Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública	398
3.1.	Nomenclatura.....	398
3.2.	Conceito	399
3.3.	Objeto	399
4.	Natureza Jurídica	400
4.1.	O Caráter Contratual	400
4.2.	Concessão e Permissão.....	402
5.	A Relação Contratual.....	403
6.	A Supremacia do Concedente.....	403
7.	A Natureza do Concessionário e do Concedente.....	403
8.	Concessão a Empresas Estatais.....	404
9.	Exigência de Licitação.....	405
9.1.	O Caráter de Obrigatoriedade	405
9.2.	Modalidade Licitatória	406
9.3.	O Edital	407
9.4.	Critérios de Julgamento	407
9.5.	Fatores de Desclassificação	408
9.6.	Participação de Empresas Estatais	409
10.	Mutabilidade	409

11. Política Tarifária	411
12. Análise do Pacto de Concessão	416
12.1. Autorização Legal	416
12.2. Cláusulas Essenciais	417
12.3. A Responsabilidade do Concessionário.....	419
12.4. Transferência de Encargos.....	421
12.5. Alteração do Concessionário.....	421
12.6. Cessão de Créditos Operacionais	422
13. Encargos do Concedente	423
13.1. Fiscalização	423
13.2. Intervenção na Propriedade Privada.....	424
13.3. Outros Encargos Pertinentes.....	425
14. Encargos do Concessionário.....	425
14.1. O Serviço Adequado.....	426
14.2. Transparência na Execução	426
14.3. As Contratações do Concessionário.....	427
15. Direitos e Obrigações dos Usuários	427
16. Prazo da Concessão	430
17. Intervenção na Concessão.....	431
17.1. Sentido	431
17.2. Procedimento	431
18. Extinção	433
18.1. Termo Final do Prazo.....	433
18.2. Anulação	433
18.3. Rescisão	434
18.4. Caducidade.....	435
18.5. Encampação.....	437
18.6. Falência e Extinção da Concessionária.....	438
19. Reversão	438
20. Concessões Anteriores	440
21. Controle dos Serviços Concedidos.....	442
22. Concessão Florestal	443
IV. Permissão de Serviços Públicos.....	445
1. Conceito e Objeto	445
2. Natureza Jurídica	445
3. Diferença entre Concessão e Permissão	446
4. A Permissão Condicionada	448
5. Referências Constitucionais	449
6. Responsabilidade Civil	450
7. Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões.....	450
8. Extinção	451
8.1. Termo Final do Prazo.....	451
8.2. Anulação.....	452
8.3. Encampação.....	452
8.4. Caducidade.....	453
8.5. Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão).....	453
9. Permissão Lotérica	454
V. Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias Público-Privadas).....	454

1.	Introdução.....	454
2.	Conceito e Natureza Jurídica	456
3.	Modalidades e Incidência Normativa.....	458
4.	Objeto.....	459
5.	Características e Diretrizes	461
6.	Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações	462
7.	Contraprestação e Garantias.....	465
8.	Sociedade de Propósito Específico	469
9.	Licitações.....	470
9.1.	Introdução.....	470
9.2.	Modalidade e Condições	471
9.3.	Edital.....	472
9.4.	Procedimento	474
VI.	Autorização	475
VII.	Súmulas	480
Capítulo 9	Administração Direta e Indireta.....	481
I.	Noções Introdutórias	481
1.	Federação e Autonomia.....	481
2.	Poderes e Funções. A Função Administrativa	482
3.	Administração Pública.....	483
4.	Organização Administrativa: Centralização e Descentralização	483
5.	Princípios Regedores da Administração Pública	484
II.	Administração Direta	485
1.	Conceito	485
2.	Natureza da Função.....	485
3.	Abrangência	486
4.	Composição	486
5.	Contratos de Gestão.....	488
III.	Administração Indireta.....	489
1.	Conceito	489
2.	Natureza da Função.....	490
3.	Abrangência	490
4.	Composição	491
5.	Administração Fundacional	492
6.	Entidades Paraestatais.....	493
7.	Princípios da Administração Indireta	494
7.1.	Princípio da Reserva Legal.....	495
7.2.	Princípio da Especialidade.....	496
7.3.	Princípio do Controle.....	496
8.	Categorias Jurídicas	498
IV.	Autarquias	498
1.	Introdução.....	498
1.1.	Terminologia.....	498
1.2.	Autarquia e Autonomia	499
1.3.	Autarquias Institucionais e Territoriais.....	499
2.	Conceito	500

3.	Referências Normativas	500
4.	Personalidade Jurídica.....	501
5.	Criação, Organização e Extinção	502
6.	Objeto.....	503
7.	Classificação.....	503
7.1.	Quanto ao Nível Federativo	504
7.2.	Quanto ao Objeto	504
7.3.	Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial)	507
8.	Patrimônio.....	512
9.	Pessoal.....	513
10.	Controle Judicial.....	514
11.	Foro dos Litígios Judiciais.....	514
12.	Atos e Contratos.....	516
13.	Responsabilidade Civil	516
14.	Prerrogativas Autárquicas.....	517
15.	Agências Autárquicas Reguladoras e Executivas	519
15.1.	Agências Reguladoras.....	519
15.2.	Agências Executivas	522
16.	Associações Públicas	523
V.	Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	524
1.	Introdução	524
2.	Referências Normativas	525
3.	Conceito	525
4.	Personalidade Jurídica.....	526
5.	Instituição e Extinção	526
6.	Subsidiárias	527
6.1.	Pessoas Subsidiárias.....	527
6.2.	Sociedades de Mera Participação do Estado	528
7.	Objeto.....	529
8.	Regime Jurídico.....	531
8.1.	Hibridismo.....	531
8.2.	Regime Constitucional.....	531
8.3.	Regime Legal.....	532
8.4.	Regime Estatutário	534
9.	Regime Tributário	534
10.	Função Social.....	536
11.	Diferença entre as Entidades	536
11.1.	Constituição do Capital	536
11.2.	Forma Jurídica	537
11.3.	Foro Processual	538
12.	Patrimônio.....	539
13.	Pessoal.....	540
14.	Falência e Execução	542
14.1.	Falência.....	542
14.2.	Execução.....	543
15.	Responsabilidade Civil	545
16.	Governança Corporativa.....	546
16.1.	Sentido	546

16.2.	Transparência.....	546
16.3.	Estrutura e Gestão de Riscos.....	547
17.	Controle.....	548
17.1.	Controle Externo	548
17.2.	Controle Interno	548
17.3.	Arbitragem.....	549
18.	Participantes do Sistema	549
18.1.	Acionista Controlador	550
18.2.	Administradores	550
18.3.	Conselho de Administração.....	551
18.4.	Membro Independente	551
18.5.	Diretoria	552
18.6.	Comitê de Auditoria Estatutário	552
18.7.	Conselho Fiscal.....	553
19.	Atos Jurídicos	554
20.	Licitações.....	555
20.1.	Microsistema e Aplicabilidade.....	555
20.2.	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.....	555
20.2.1.	Exigibilidade de Licitação	555
20.2.2.	Dispensas Específicas	556
20.2.3.	Dispensas Genéricas	556
20.2.4.	Inexigibilidade.....	557
20.2.5.	Requisitos Comuns.....	557
20.3.	Disposições Gerais.....	557
20.3.1.	Regulamentos Internos.....	557
20.3.2.	Princípios e Diretrizes.....	558
20.3.3.	Aspectos Especiais	558
20.4.	Obras e Serviços.....	559
20.5.	Aquisição de Bens.....	559
20.6.	Alienação de Bens.....	560
20.7.	Procedimento Licitatório	560
20.8.	Procedimentos Auxiliares	561
21.	Contratos.....	562
21.1.	Natureza dos Contratos	562
21.2.	Formalização.....	562
21.3.	Alteração dos Contratos.....	563
21.4.	Sanções Administrativas.....	564
VI.	Fundações Públicas	564
1.	Introdução.....	564
2.	A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações.....	565
2.1.	Conceito no Decreto-lei nº 200/1967	569
2.2.	O Tratamento da Matéria	570
3.	Característica fundamental	570
4.	Objeto.....	571
5.	Criação e Extinção	572
6.	Regime Jurídico.....	573
6.1.	Prerrogativas	573
6.2.	Privilégios Tributários	574

7.	Patrimônio.....	574
8.	Pessoal.....	575
9.	Controle.....	575
9.1.	Controle Institucional.....	575
9.2.	Controle do Ministério Público.....	576
9.3.	Controle Judicial.....	577
10.	Foro dos Litígios.....	577
11.	Atos e Contratos.....	578
12.	Responsabilidade Civil.....	578
VII.	Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado.....	579
1.	Introdução.....	579
2.	Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos).....	579
2.1.	Sentido.....	579
2.2.	Natureza Jurídica.....	580
2.3.	Criação.....	580
2.4.	Objeto.....	580
2.5.	Recursos Financeiros.....	582
2.6.	Ausência de Fins Lucrativos.....	583
2.7.	Controle.....	583
2.8.	Outros Aspectos do Regime Jurídico.....	583
2.9.	Privilégios Tributários.....	587
3.	Organizações Colaboradoras (ou Parceiras).....	589
VIII.	Anteprojeto de Normas Gerais da Administração Pública.....	589
IX.	Súmulas.....	590
Capítulo 10	Responsabilidade Civil do Estado.....	593
I.	Introdução.....	593
1.	Responsabilidade. Noção Jurídica.....	593
1.1.	Tipos de Responsabilidade.....	593
2.	Responsabilidade Civil.....	594
3.	O Dano e a Indenização.....	595
4.	Os Sujeitos do Cenário.....	595
II.	Evolução.....	596
1.	A Irresponsabilidade do Estado.....	596
2.	Teoria da Responsabilidade com Culpa.....	596
3.	Teoria da Culpa Administrativa.....	597
4.	Teoria da Responsabilidade Objetiva.....	597
5.	Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo ...	598
III.	Direito Brasileiro.....	599
1.	Código Civil.....	599
2.	Constituição Federal.....	600
3.	Análise dos Elementos Constitucionais.....	601
3.1.	Pessoas Responsáveis.....	601
3.2.	Agentes do Estado.....	604
3.3.	A Duplicidade de Relações Jurídicas.....	605
IV.	Aplicação da Responsabilidade Objetiva.....	605
1.	Pressupostos.....	605

2.	Ônus da Prova: Inversão.....	607
3.	Participação do Lesado	608
4.	Fatos Imprevisíveis	609
5.	Atos de Multidões	611
6.	Danos de Obra Pública	612
7.	Condutas Omissivas	612
8.	Responsabilidade Primária e Subsidiária	615
V.	Atos Legislativos	616
1.	Regra Geral	616
2.	Leis Inconstitucionais	618
3.	Leis de Efeitos Concretos	619
4.	Omissão Legislativa	619
VI.	Atos Judiciais	620
1.	Atos Administrativos e Jurisdicionais	620
2.	Condutas Dolosas	621
3.	Condutas Culposas	622
VII.	Reparação do Dano	623
1.	A Indenização	623
2.	Meios de Reparação do Dano	624
3.	Prescrição	624
4.	Sujeito Passivo da Lide	626
5.	Denunciação à Lide	627
VIII.	O Direito de Regresso	629
1.	Sentido	629
2.	Meios de Solução	629
3.	Causa de Pedir	630
4.	Interesse de Agir	630
5.	Prescrição	631
IX.	Súmulas	632
Capítulo 11 Servidores Públicos		633
I.	Agentes Públicos	633
1.	Sentido	633
2.	Classificação	634
2.1.	Agentes Políticos	634
2.2.	Agentes Particulares Colaboradores	635
2.3.	Servidores Públicos	636
3.	Agentes de Fato	637
II.	Servidores Públicos	638
1.	Sentido	638
2.	Características	639
3.	Classificação	640
3.1.	Servidores Públicos Cíveis e Militares	640
3.2.	Servidores Públicos Comuns e Especiais	640
3.3.	Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários	641
III.	Regimes Jurídicos Funcionais	642

1.	Regime Estatutário.....	643
2.	Regime Trabalhista.....	645
2.1.	Regime de Emprego Público.....	646
3.	Regime Especial	648
4.	Regime Jurídico Único.....	652
5.	Terceirização	654
IV.	Organização Funcional	657
1.	Quadro Funcional.....	657
2.	Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	657
3.	Classificação dos Cargos.....	659
4.	Criação, Transformação e Extinção de Cargos.....	662
5.	Provimto.....	665
5.1.	Tipos de Provimto.....	665
5.2.	Formas de Provimto.....	666
6.	Investidura: Nomeação, Posse e Exercício.....	667
7.	Reingresso	668
8.	Vacância.....	671
9.	Direito Adquirido dos Servidores.....	671
10.	Cessão de Servidores	673
V.	Regime Constitucional.....	675
1.	Concurso Público.....	675
1.1.	Sentido	675
1.2.	Fundamento.....	677
1.3.	Alcance da Exigência	678
1.4.	Inexigibilidade.....	681
1.5.	Concurso Interno.....	682
1.6.	Inscrição e Aprovação	684
1.7.	Validade.....	690
1.8.	Precedência na Convocação.....	691
1.9.	Sanção	691
1.10.	Resultado do Concurso.....	692
1.11.	Invalidação do Concurso.....	695
1.12.	Sistema de Cotas: Reserva Étnica	697
2.	Acessibilidade	699
2.1.	Sentido	699
2.2.	Incidência	699
2.3.	Requisitos de Acesso	701
2.3.1.	Pessoas Portadoras de Deficiência	704
2.3.2.	Requisitos de Inscrição e do Cargo.....	705
2.4.	Sexo e Idade	708
2.5.	Exame Psicotécnico.....	711
2.6.	Acesso Profissional ao Idoso.....	713
3.	Acumulação de Cargos e Funções.....	714
3.1.	Regra Geral.....	714
3.2.	Situações de Permissividade	716
3.3.	Efeitos	719
3.4.	Ingresso em Nova Carreira	720
3.5.	Convalidação Constitucional.....	722

4.	Estabilidade.....	723
4.1.	Noção do Instituto.....	723
4.2.	Estabilização Constitucional.....	725
4.3.	Estágio Probatório.....	726
4.4.	Estabilidade e Efetividade.....	729
4.5.	Demissão e Exoneração.....	729
4.6.	Exoneração Conversível em Demissão.....	733
4.7.	Servidores Trabalhistas.....	734
4.8.	Vitaliciedade.....	737
5.	Regime Previdenciário: Aposentadorias e Pensões.....	738
5.1.	Previdência do Servidor Público.....	738
5.1.1.	Sentido.....	738
5.1.2.	Regimes de Previdência.....	739
5.1.3.	Contributividade e Solidariedade.....	742
5.1.4.	Contribuições e Benefícios.....	745
5.1.5.	Fundos Previdenciários.....	748
5.1.6.	Previdência Complementar.....	749
5.2.	Aposentadoria.....	752
5.2.1.	Conceito.....	752
5.2.2.	Regime Jurídico.....	755
5.2.3.	Modalidades.....	756
5.2.4.	Aposentadoria dos Professores.....	761
5.2.5.	Requisitos e Critérios Diferenciados (Aposentadoria Especial).....	762
5.2.6.	Proventos.....	764
5.2.7.	Cumulação de Proventos.....	767
5.2.8.	Revisão de Proventos.....	770
5.2.9.	Contagem de Tempo.....	771
5.2.10.	Direito Adquirido.....	773
5.2.11.	Situações Consumadas.....	776
5.2.12.	Situações Transitórias.....	778
5.2.13.	Situações Transitórias em Face da EC nº 20/1998.....	780
5.2.14.	Situações Transitórias em Face da EC nº 41/2003.....	782
5.2.15.	Renúncia à Aposentadoria (Desaposentação).....	783
5.2.16.	Cassação da Aposentadoria.....	785
5.2.17.	Aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social.....	786
5.3.	Pensões.....	787
5.3.1.	Sentido.....	787
5.3.2.	Disciplina Jurídica.....	788
6.	Disponibilidade.....	790
6.1.	Sentido.....	790
6.2.	Pressupostos.....	791
6.3.	Incidência.....	792
6.4.	Efeitos.....	792
6.5.	A Questão dos Proventos.....	793
7.	Mandato Eletivo.....	795
8.	Sistema Constitucional de Remuneração.....	797
8.1.	Remuneração.....	797
8.1.1.	Remuneração Básica.....	798

8.1.2.	Vantagens Pecuniárias.....	801
8.2.	Revisão Remuneratória.....	805
8.3.	Irredutibilidade	808
8.4.	Isonomia	811
8.5.	Vinculação e Teto.....	812
8.6.	Pagamento com Atraso	817
8.7.	Pagamento a Maior	819
9.	Associação Sindical e Direito de Greve	820
9.1.	Associação Sindical.....	820
9.2.	Greve.....	822
10.	Direitos Sociais dos Servidores	827
VI.	Responsabilidade dos Servidores Públicos	830
1.	Responsabilidade Civil	831
2.	Responsabilidade Penal.....	832
3.	Responsabilidade Administrativa	832
4.	Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa	834
4.1.	Repercussão na Esfera Civil	834
4.2.	Repercussão na Esfera Administrativa.....	834
4.3.	Crimes Funcionais	835
4.3.1.	Condenação.....	835
4.3.2.	Absolvição	835
4.4.	Crimes Não Funcionais.....	837
4.4.1.	Condenação.....	837
4.4.2.	Absolvição	837
4.4.3.	Absolvição na Esfera Administrativa.....	838
VII.	Súmulas	838
Capítulo 12	Intervenção do Estado na Propriedade	843
I.	Introdução.....	843
1.	Breve Histórico.....	843
2.	Propriedade	844
II.	Intervenção do Estado	845
1.	Sentido.....	845
2.	Quadro Normativo Constitucional	845
III.	Competência	846
IV.	Fundamentos.....	847
1.	Supremacia do Interesse Público.....	847
2.	Função Social da Propriedade.....	848
V.	Modalidades.....	850
VI.	Servidão Administrativa	850
1.	Sentido e Natureza Jurídica.....	850
2.	Fundamentos	851
3.	Objeto.....	852
4.	Formas de Instituição.....	853
5.	Extinção	855
6.	Indenização.....	855

7.	Características	857
VII.	Requisição	857
1.	Sentido.....	857
2.	Fundamentos	858
3.	Objeto e Indenização	859
4.	Instituição e Extinção	859
5.	Características	860
VIII.	Ocupação Temporária	861
1.	Sentido e Objeto.....	861
2.	Fundamentos	862
3.	Modalidades e Indenização	862
4.	Instituição e Extinção	863
5.	Características	864
IX.	Limitações Administrativas	864
1.	Sentido.....	864
2.	Natureza Jurídica	866
3.	Fundamentos	867
4.	Indenização.....	867
5.	Características	868
X.	Tombamento.....	868
1.	Sentido.....	868
2.	Fonte Normativa	869
3.	Fundamento	870
4.	Objeto.....	871
5.	Natureza Jurídica	872
6.	Espécies	873
7.	Instituição	874
7.1.	Desfazimento.....	877
8.	Processo Administrativo.....	877
9.	Efeitos	878
10.	Controle.....	880
11.	Outros Instrumentos Protetivos	882
XI.	Súmulas	883
Capítulo 13	Desapropriação.....	885
I.	Introdução.....	885
II.	Conceito	886
III.	Natureza Jurídica	887
IV.	Pressupostos.....	887
V.	Fontes Normativas e Espécies.....	888
VI.	Objeto	890
1.	Regra Geral	890
2.	Bens Públicos.....	892
3.	Bens de Entidades da Administração Indireta.....	893
4.	Margens dos Rios Navegáveis.....	894
VII.	Forma de Aquisição.....	895

VIII.	Competências.....	896
1.	Competência Legislativa	896
2.	Competência Declaratória	897
3.	Competência Executória	898
IX.	Destinação dos Bens Desapropriados	900
1.	Regra Geral	900
2.	Casos Especiais	900
2.1.	Desapropriação por Zona.....	901
2.2.	Desapropriação Urbanística	901
2.3.	Desapropriação por Interesse Social.....	902
2.4.	Desapropriação-Confisco	902
X.	Fase Declaratória.....	902
1.	Declaração Expropriatória	903
2.	Conteúdo	903
3.	Formalização	904
4.	Natureza Jurídica	905
4.1.	Controle Judicial	906
5.	Efeitos	906
6.	Caducidade	907
XI.	Fase Executória.....	909
1.	Via Administrativa	909
2.	Via Judicial	910
XII.	Ação de Desapropriação	911
1.	Partes	911
2.	A Pretensão	912
3.	A Contestação	912
4.	Imissão Provisória na Posse	914
4.1.	Permissão Legal	914
4.2.	Pressupostos	915
4.3.	Urgência.....	915
4.4.	Depósito Prévio.....	915
4.5.	Levantamento Parcial do Depósito	916
5.	Prova Pericial.....	917
6.	Intervenção do Ministério Público	918
7.	Sentença.....	919
8.	Transferência da Propriedade.....	920
XIII.	Indenização.....	921
1.	Regra Geral	921
2.	Situações Especiais	924
3.	Enfiteuse, Jazidas e Direito de Superfície	924
4.	Juros Moratórios e Compensatórios.....	927
4.1.	Juros Moratórios.....	927
4.2.	Juros Compensatórios.....	930
4.3.	Cumulatividade.....	931
5.	Atualização Monetária.....	932
6.	Honorários.....	933
7.	Direitos de Terceiros	935

XIV. Desistência da Desapropriação	936
XV. Desapropriação Indireta.....	937
1. Sentido.....	937
2. Fundamento.....	938
3. Proteção Possessória.....	939
4. Ação do Expropriado	940
4.1. Caracterização	940
4.2. Natureza e Legitimidade para a Ação.....	941
4.3. Foro da Ação.....	942
4.4. Prescrição da Ação (Pretensão)	942
4.5. Acréscimos Indenizatórios	945
4.6. Despesas Processuais	948
5. Aposseamento Administrativo.....	949
XVI. Direito de Extensão.....	950
1. Sentido.....	950
2. Fundamento	950
3. Outros Aspectos.....	952
3.1. Admissibilidade	952
3.2. Oportunidade do Exercício do Direito	952
XVII. Retrocessão.....	953
1. Noção Jurídica.....	953
2. Natureza do Direito.....	954
3. Aspectos Especiais	956
3.1. Tredestinação.....	956
3.2. Demora na Utilização do Bem	957
3.3. Prescrição.....	958
3.4. Alienação por Acordo.....	958
XVIII. Desapropriação Rural	959
1. Introdução.....	959
2. Aspectos Especiais	959
2.1. Competência.....	959
2.2. Função Social Rural.....	960
2.3. Indenização	960
2.4. Inaplicabilidade da Desapropriação.....	961
3. Procedimento Expropriatório.....	962
3.1. Procedimento Administrativo.....	963
3.2. Procedimento Judicial.....	964
XIX. Desapropriação Confiscatória.....	967
XX. Desapropriação Urbanística Sancionatória	970
XXI. Súmulas	973
Capítulo 14 Atuação do Estado no Domínio Econômico	975
I. Introdução.....	975
1. O Liberalismo Econômico	975
2. Modelo Interventivo.....	976
3. Constitucionalização Normativa	977

4.	Quadro Normativo.....	977
II.	Ordem Econômica	978
1.	Fundamentos	978
1.1.	Valorização do Trabalho Humano	978
1.2.	Liberdade de Iniciativa.....	979
2.	Princípios.....	980
III.	Formas de Atuação do Estado	981
IV.	Estado Regulador	981
1.	Sentido.....	981
2.	Natureza da Atuação.....	982
3.	Competências	982
4.	Repressão ao Abuso do Poder Econômico	984
4.1.	Sentido	984
4.2.	Formas de Abuso.....	985
4.3.	Trustes, Cartéis e <i>Dumping</i>	986
4.4.	Normas e Meios Repressivos.....	986
5.	Controle do Abastecimento.....	989
6.	Tabelamento de Preços.....	990
7.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	991
V.	Estado Executor.....	994
1.	Formas.....	994
2.	Exploração Direta	995
2.1.	Regra Geral.....	995
2.2.	Pressupostos	996
3.	Exploração Indireta	997
3.1.	Sentido	997
3.2.	As Empresas do Estado	998
VI.	Monopólio Estatal	999
1.	Sentido.....	999
2.	Natureza Jurídica	1000
3.	Monopólio e Privilégio	1000
4.	Atividades Monopolizadas	1000
VII.	Súmulas	1002
Capítulo 15 Controle da Administração Pública.....		1003
I.	Introdução.....	1003
1.	Controle Político e Controle Administrativo.....	1003
2.	Fundamentos	1004
II.	Controle.....	1005
1.	Sentido.....	1005
2.	Objetivo	1006
3.	Natureza Jurídica	1007
4.	Classificação.....	1007
4.1.	Quanto à Natureza do Controlador	1007
4.2.	Quanto à Extensão do Controle.....	1008
4.3.	Quanto à Natureza do Controle	1008

4.4.	Quanto ao Âmbito da Administração.....	1010
4.5.	Quanto à Oportunidade.....	1011
4.6.	Quanto à Iniciativa.....	1011
III.	Controle Administrativo	1012
1.	Sentido.....	1012
2.	Objetivos	1012
3.	Meios de Controle	1013
3.1.	Controle Ministerial	1013
3.2.	Hierarquia Orgânica	1013
3.3.	Direito de Petição	1014
3.4.	Revisão Recursal	1014
3.5.	Controle Social	1015
3.6.	Outros Instrumentos Legais.....	1016
4.	Recursos Administrativos	1017
4.1.	Sentido	1017
4.2.	Fundamentos e Objetivo	1017
4.3.	Natureza Jurídica.....	1019
4.4.	Formalização	1019
4.5.	Classificação	1020
4.6.	Espécies.....	1021
4.7.	Efeitos.....	1024
4.8.	Exigência de Garantia.....	1026
4.9.	<i>Reformatio in Pejus</i>	1027
4.10.	Exaustão da Via Administrativa	1029
5.	Coisa Julgada Administrativa	1031
6.	Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa)	1032
7.	Processo Administrativo	1035
7.1.	Introdução.....	1035
7.2.	Sentido	1038
7.3.	Classificação	1038
7.4.	Objeto	1039
7.5.	Princípios	1042
7.6.	Processo Administrativo na Administração Federal	1047
7.7.	Processo Administrativo Disciplinar	1052
8.	Arbitragem	1065
9.	Mediação.....	1067
10.	Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção).....	1068
IV.	Controle Legislativo.....	1073
1.	Sentido e Fundamento.....	1073
2.	Espécies de Controle	1073
2.1.	Controle Político	1073
2.2.	Controle Financeiro	1075
3.	Tribunal de Contas	1078
V.	Controle Judicial	1084
1.	Sentido.....	1084
2.	Sistemas de Controle	1087
2.1.	Sistema do Contencioso Administrativo	1087
2.2.	Sistema da Unidade de Jurisdição	1088

3.	Natureza	1089
4.	Oportunidade	1090
5.	Atos sob Controle Especial	1090
5.1.	Atos Políticos.....	1091
5.2.	Atos Legislativos Típicos.....	1091
5.3.	Atos <i>Interna Corporis</i>	1093
6.	Instrumentos de Controle.....	1094
6.1.	Meios Inespecíficos	1094
6.2.	Meios Específicos	1094
7.	Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública	1095
7.1.	Sentido	1095
7.2.	Fonte Normativa.....	1095
7.3.	Direitos Pessoais e Reais	1096
7.4.	Interrupção e Suspensão	1098
7.5.	Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações	1099
7.6.	Prescrição Intercorrente	1101
7.7.	Apreciação no Processo.....	1101
8.	Mandado de Segurança.....	1102
8.1.	Conceito	1102
8.2.	Espécies e Fontes Normativas.....	1103
8.3.	A Tutela.....	1103
8.4.	Impetrante	1104
8.5.	Impetrado.....	1105
8.6.	Formas de Tutela	1107
8.7.	Descabimento	1107
8.8.	Medida Liminar	1109
8.9.	Competência.....	1111
8.10.	Prazo	1112
8.11.	Sentença e Coisa Julgada	1113
8.12.	Mandado de Segurança Coletivo	1114
8.13.	Aspectos Especiais.....	1117
9.	<i>Habeas Corpus</i>	1120
9.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1120
9.2.	Pressupostos Constitucionais	1120
9.3.	Espécies	1121
9.4.	Constrangimento Ilegal.....	1121
9.5.	Competência.....	1121
10.	Ação Popular	1123
10.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1123
10.2.	Bens Tutelados.....	1123
10.3.	Competência.....	1123
10.4.	Legitimação Ativa e Passiva	1124
10.5.	Objeto da Ação.....	1125
10.6.	Liminar.....	1126
10.7.	Sentença e Coisa Julgada	1126
11.	Mandado de Injunção	1128
11.1.	Conceito, Fonte Normativa e Modalidades	1128
11.2.	Pressupostos	1128

11.3.	Bens Tutelados.....	1129
11.4.	Competência.....	1130
11.5.	Legitimação Ativa e Passiva	1130
11.6.	Liminar.....	1131
11.7.	Procedimento	1132
11.8.	Decisão	1132
11.9.	Mandado de Injunção Coletivo	1134
12.	<i>Habeas Data</i>	1135
12.1.	Conceito e Fonte Normativa.....	1135
12.2.	Bem Tutelado	1135
12.3.	Partes.....	1135
12.4.	Competência.....	1136
12.5.	Interesse de Agir	1137
12.6.	Pedido.....	1138
12.7.	Procedimento	1138
12.8.	Decisão e Recursos	1139
13.	Ação Civil Pública.....	1139
13.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1139
13.2.	Bens Tutelados.....	1140
13.3.	Espécies de Tutela	1143
13.4.	Partes.....	1143
13.5.	Sentença e Coisa Julgada	1145
14.	Ação de Improbidade Administrativa.....	1146
14.1.	Conceito e Fontes Normativas.....	1146
14.2.	A Questão da Competência	1147
14.3.	Sujeito Passivo	1149
14.4.	Sujeito Ativo	1151
14.5.	Tipologia de Improbidade.....	1157
14.6.	Sanções	1165
14.7.	Procedimentos Administrativo e Judicial.....	1175
14.8.	Prescrição.....	1183
VI.	O Poder Público em Juízo	1187
1.	Capacidade Processual.....	1187
2.	Pessoas Federais.....	1188
3.	Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital.....	1190
4.	Pessoas Municipais	1191
5.	Representação Judicial.....	1192
6.	Particularidades Processuais.....	1193
7.	Despesas Judiciais.....	1199
8.	Pagamento dos Créditos de Terceiros.....	1201
VII.	Controle Estatal na LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	1209
1.	Considerações Iniciais.....	1209
2.	Valores Abstratos e Motivação (Art. 20).....	1210
3.	Consequências e Regularização de Condutas (Art. 21)	1211
4.	Gestão Complexa e Políticas Públicas (Art. 22).....	1211
5.	Nova Interpretação ou Orientação (Art. 23)	1212
6.	Revisão de Validade (Art. 24).....	1213
7.	Celebração de Compromisso (Art. 26)	1213

8.	Compensação e Compromisso Processual (Art. 27).....	1214
9.	Responsabilidade Pessoal do Agente (Art. 28).....	1215
10.	Atos Normativos e Consulta Pública (Art. 29).....	1216
11.	Segurança Jurídica (art. 30).....	1216
VIII.	Súmulas.....	1217
Capítulo 16	Bens Públicos.....	1223
I.	Introdução.....	1223
1.	Domínio Público.....	1223
2.	Domínio Eminente.....	1224
II.	Conceito.....	1224
III.	Bens das Pessoas Administrativas Privadas.....	1226
IV.	Classificação.....	1228
1.	Quanto à Titularidade.....	1228
1.1.	Bens Federais.....	1228
1.2.	Bens Estaduais e Distritais.....	1230
1.3.	Bens Municipais.....	1230
2.	Quanto à Destinação.....	1230
2.1.	Bens de Uso Comum do Povo.....	1231
2.2.	Bens de Uso Especial.....	1231
2.3.	Bens Dominicais.....	1232
3.	Quanto à Disponibilidade.....	1234
3.1.	Bens Indisponíveis.....	1234
3.2.	Bens Patrimoniais Indisponíveis.....	1234
3.3.	Bens Patrimoniais Disponíveis.....	1235
V.	Afetação e Desafetação.....	1235
VI.	Regime Jurídico.....	1237
1.	Alienabilidade Condicionada.....	1237
2.	Impenhorabilidade.....	1238
3.	Imprescritibilidade.....	1239
4.	Não Onerabilidade.....	1241
VII.	Aquisição.....	1242
1.	Introdução.....	1242
2.	Classificação.....	1242
3.	Formas de Aquisição.....	1243
3.1.	Contratos.....	1243
3.2.	Usucapião.....	1244
3.3.	Desapropriação.....	1245
3.4.	Acessão.....	1245
3.5.	Aquisição <i>Causa Mortis</i>	1246
3.6.	Arrematação.....	1247
3.7.	Adjudicação.....	1247
3.8.	Resgate na Enfitese.....	1247
3.9.	Aquisição <i>Ex Vi Legis</i>	1248
VIII.	Gestão dos Bens Públicos.....	1249
1.	Sentido.....	1249

2.	Uso dos Bens Públicos	1250
3.	Formas de Uso	1251
3.1.	Uso Comum	1252
3.2.	Uso Especial	1253
3.3.	Uso Compartilhado	1254
3.4.	Cemitérios Públicos	1256
4.	Uso Privativo	1258
4.1.	Autorização de Uso	1261
4.2.	Permissão de Uso	1263
4.3.	Concessão de Uso	1265
4.4.	Concessão de Direito Real de Uso	1267
4.5.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia	1269
4.6.	Cessão de Uso	1274
4.7.	Formas de Direito Privado	1275
IX.	Alienação	1281
1.	Considerações Gerais	1281
2.	Competência Normativa e Reguladora	1282
3.	Instrumentos Comuns	1283
3.1.	Venda	1283
3.2.	Doação	1285
3.3.	Permuta	1287
3.4.	Dação em pagamento	1288
4.	Instrumentos Específicos	1288
4.1.	Concessão de Domínio	1288
4.2.	Investidura	1290
4.3.	Incorporação	1290
4.4.	Retrocessão	1291
4.5.	Legitimação de Posse	1291
4.6.	Legitimação Fundiária	1292
X.	Espécies de Bens Públicos	1293
1.	Terras Devolutas	1293
2.	Terrenos de Marinha	1295
3.	Terrenos Acrescidos	1298
4.	Terrenos Reservados	1299
5.	Terras Ocupadas pelos Índios	1300
6.	Plataforma Continental	1300
7.	Ilhas	1301
8.	Faixa de Fronteiras	1304
9.	Subsolo e Riquezas Minerais	1305
XI.	Águas Públicas	1306
XII.	Súmulas	1310

Índice Remissivo	1311
-------------------------------	-------------

Referências Bibliográficas	1331
---	-------------

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).